

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

A sociologia numa sociedade constituente

Conferência de Comemoração dos 30 Anos do
Instituto de Sociologia



António Teixeira Fernandes

15 de novembro de 2019

Título: A Sociologia numa sociedade constituinte: “Pobre é ignorante” e ignorante é pobre

Autor: António Teixeira Fernandes

Introdução: Alexandra Lopes

Local: Porto

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia

Ano de edição: 2020

ISBN: 978-989-8969-47-7

DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898969477/soc>

URL: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id014id1705&sum=sim>

Suporte: Eletrónico **Formato:** Pdf

Com o apoio de:



Apresentação

O texto que se publica, da autoria do Professor Doutor António Teixeira Fernandes, foi apresentado por ocasião da celebração do trigésimo aniversário do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) e reflete, no seu momento atual tal como na altura da sua fundação, a reflexão aprofundada que aí se desenvolve sobre aqueles que são os temas estruturantes, e frequentemente fraturantes, das sociedades contemporâneas. O texto, da autoria do fundador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, convoca-nos a pensar o presente, herdeiro do tempo passado e ponto de partida para o tempo futuro. Convoca-nos a pensar os termos da nossa existência coletiva e, nesse sentido, também os termos da nossa existência individual enquanto seres na relação com outros. É um texto que traduz, em larga medida, aquela que é a matriz de referência para a reflexão sociológica que se constrói no seio do Instituto de Sociologia e, nesse sentido, o melhor texto para marcar uma fase na vida do centro de investigação que, sendo de celebração, é também de desafios e de interpelações.

Fundado em 1989, o Instituto de Sociologia é um centro de investigação que surge no âmbito de um projeto mais alargado de afirmação da escola de Sociologia da Universidade do Porto. Pouco tempo após a criação da licenciatura em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), em 1985, o Professor António Teixeira Fernandes, seu mentor e dinamizador, percebe a importância de reforçar o projeto com um investimento forte na investigação sociológica. Surge, então, e pela primeira vez, o desejo, que partilha com alguns dos então jovens docentes da recém-criada licenciatura em Sociologia, de constituir um centro de investigação onde, de braço dado com o ensino da Sociologia, se promovesse a construção e afirmação do conhecimento científico sociológico. Em 1989, esse desejo torna-se uma realidade, dando lugar à fundação do Instituto de Sociologia.

A fundação do IS-UP e a forma como decorreu no plano institucional foi reveladora do pensamento estratégico do seu fundador. Num período marcado por grandes mudanças na orgânica da Faculdade de Letras, a recém-criada secção de Sociologia procurava encontrar espaço para a sua afirmação num quadro altamente competitivo em termos disciplinares. O IS-UP surge, nesse particular momento, como instrumento fundamental para a afirmação da Sociologia na FLUP e do seu lugar no quadro institucional da própria universidade. Inicialmente aceitando como seus membros integrados apenas investigadores que acumulassem funções de docência na Secção de Sociologia, o IS-UP dá o pontapé de saída

para um percurso que viria a ser determinante para a consolidação da escola de Sociologia do Porto na região Norte de Portugal e, em rigor, em todo o país.

A primeira década na vida do Instituto de Sociologia seria marcada, sobretudo, pelo fortíssimo investimento na formação da jovem geração de sociólogos que, sob orientação do Professor António Teixeira Fernandes, foi construindo um caminho promissor na produção de conhecimento sociológico num país e numa sociedade que se caracterizavam por rápidas mudanças no seu tecido socioeconómico e cultural, assim como por um conjunto de assimetrias territoriais e sociais que se iam acentuando. Já nessa altura ia emergindo uma vocação particular no seio da equipa em formação – a análise das determinantes estruturais e dos mecanismos de construção e consolidação das desigualdades sociais nas suas múltiplas expressões. Esta vocação inicial nunca mais se perderia e continua, ainda hoje, a definir de forma muito vincada a identidade do centro de investigação.

É durante essa primeira década, também, que é tomada a decisão de abrir o centro de investigação a investigadores que não exercessem funções de docência na FLUP. Com isso procurava-se atrair para o IS-UP figuras de proa da Sociologia Portuguesa, assim como aumentar a massa crítica de uma unidade que se percebia dinâmica e com grande potencial de crescimento e afirmação.

Já nessa altura, e notavelmente, o IS-UP se ia definindo como um espaço onde a liberdade de pensamento, materializada no abraçar de diferentes tradições teóricas e metodológicas, imperava. Sob a coordenação do Professor António Teixeira Fernandes, a geração de sociólogos em formação percorria livremente, quer em termos temáticos, quer em termos institucionais, os labirintos do conhecimento. Esta orientação estratégica propositadamente avessa a dogmatismos viria a ser absolutamente essencial na construção de uma equipa multifacetada que lideraria investigação de referência em inúmeros domínios da Sociologia e suas subáreas, mas também para a criação de uma forma de estar na ciência onde a curiosidade, a imaginação e a inovação se tornaram uma constante.

Após este período inicial de fundação, o Instituto de Sociologia atinge a sua primeira grande meta, ao ser integrado, em 2002, no sistema científico nacional como unidade de investigação e desenvolvimento, sendo-lhe então atribuído o seu primeiro financiamento plurianual. Embora modesto em valor, este financiamento viria a ser fundamental para dar início a um conjunto de atividades ao nível da disseminação de conhecimento,

materializadas na publicação de variadas referências e na organização de inúmeros momentos de debate científico, que concorreriam para a visibilidade do Instituto de Sociologia, quer na esfera da academia, nacional e internacional, quer na própria comunidade.

Este entusiasta início de vida não deu necessariamente lugar a uma trajetória tranquila e facilitada. Na realidade, ao longo do tempo, e apesar de persistindo no objetivo estratégico maior de crescimento e consolidação, o IS-UP foi trilhando um caminho marcado por diversos obstáculos. Estes, porém, longe de desmotivarem a equipa, tiveram como resultado a necessidade de aguçar a criatividade na procura de soluções para alimentar uma agenda de investigação em franco crescimento. Aliás, não seria exagerado afirmar que os constantes obstáculos que o Instituto de Sociologia foi encontrando ao longo dos anos criou, na sua equipa, uma invulgar resiliência.

Sob a coordenação de diferentes protagonistas que se foram sucedendo ao longo do tempo, esta resiliente equipa foi construindo uma história, a sua história. É uma história que nos define, que nos inspira e que nos permite, sobretudo, contemplar o futuro que se oferece neste momento com alguma tranquilidade e, sobretudo, com grande entusiasmo.

Esta história que se foi construindo ao longo de três décadas é, em primeiro lugar, uma história com rostos, rostos que se foram juntando sob um projeto agregador, passando de um total de 8 doutorados (número registado em 2002) para os atuais 38 doutorados, acolhendo ao longo dos anos mais de 40 investigadores de doutoramento e pós-doutoramento e atraindo mais de 50 investigadores colaboradores de outros centros de investigação.

Em segundo lugar, trata-se de uma história com resultados tangíveis que refletem uma intensa atividade de produção científica: mais de 1200 publicações ao longo dos anos, mais de 600 apresentações orais em congressos científicos, mais de 100 projetos de investigação, mais de 1,5 milhões de euros obtidos para financiamento de investigação, mais de 100 eventos de disseminação de conhecimento organizados, em suma, um património de conhecimento que se foi acumulando e que define a riqueza do centro de investigação enquanto centro de referência na Sociologia portuguesa.

Este património de conhecimento gerado é tanto mais significativo pois ocorre num contexto que não ofereceu proporcional património económico-financeiro, bem pelo contrário. Na realidade, a história do Instituto de Sociologia viria a ficar muito marcada

pelas sucessivas dificuldades na obtenção de financiamentos para as atividades correntes compatíveis com os projetos estratégicos que, ao longo das sucessivas coordenações, iam sendo traçados. Assim, e na sequência daquele que foi um atribulado processo de avaliação em meados da primeira década do milénio, em 2007, o IS vê-lhe atribuída a classificação de Bom, com conseqüente muito modesto financiamento. Mais tarde, e na sequência da avaliação das unidades científicas nacionais em 2013, vê reconhecido qualitativamente o seu mérito, com uma classificação de Muito Bom, mas sem que isso se viesse a refletir num financiamento de envergadura compatível.

Forçado a prosperar cientificamente num ambiente de marcada escassez económico-financeira, o IS-UP vai procurando encontrar as suas próprias soluções para a prossecução dos seus objetivos estratégicos de crescimento e afirmação: reorganiza-se internamente para potenciar as suas áreas fortes e orientar os escassos recursos disponíveis para os investimentos com maior retorno; dinamiza a prestação de serviços de investigação para angariação de receitas próprias; mobiliza-se para a procura de uma presença mais forte no panorama científico internacional; aposta na divulgação das suas atividades e publicações através de uma presença forte nos mais diversos canais de comunicação, entre outras iniciativas.

Pouco a pouco, e de forma resiliente, a equipa do IS-UP foi atingindo cada vez mais elevados níveis de produtividade, vendo-se a braços com mais um momento de avaliação que viria a fechar, precisamente, este ciclo de 30 anos. Sob a coordenação da autora destas palavras, o IS-UP apresenta-se à avaliação das unidades de investigação nacionais promovida pela FCT, em 2017, com um projeto estratégico assente num sólido património científico acumulado ao longo de três décadas, mas em simultâneo com uma visão orientada para aqueles que são alguns dos grandes desafios que se colocam à ciência contemporânea. É na sequência dessa avaliação, e precisamente no ano em que completa os seus 30 anos de existência, que o Instituto de Sociologia vê, finalmente, reconhecido o seu percurso e capacidade instalada de investigação, com uma avaliação qualitativa que o colocaria entre os melhores centros de investigação no domínio da Sociologia no país e, sobretudo, com obtenção de um financiamento plurianual finalmente proporcional à dimensão do seu projeto científico.

Numa altura em que inicia o caminho naquela que será a sua quarta década, o Instituto de Sociologia e a sua equipa preparam-se para abraçar uma nova etapa na sua história, uma

etapa que se projeta profundamente alinhada com as prioridades da agenda europeia de construção de uma Ciência Aberta e que procurará, essencialmente, reunir as condições que têm faltado para ligar o IS-UP à comunidade e para transferir conhecimento ao serviço do desenvolvimento socioeconómico do país e da região Norte, e ao serviço da promoção do bem-estar e da qualidade de vida para todos e todas.

Em tempos marcados pela incerteza e pelo risco, onde cada um é convocado a pensar os termos da sua existência individual e coletiva, o Instituto de Sociologia aparece como um interlocutor particularmente atento no diálogo e na reflexão sobre aquelas que são as grandes prioridades do nosso tempo e um parceiro incontornável na construção de conhecimento sociológico sobre os caminhos de reinvenção individual e coletiva.

Bem hajam todos aqueles que têm acompanhado e participado na vida do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto ao longo dos últimos 30 anos. Convosco contamos para a nossa continuada jornada.

Alexandra Lopes

Coordenadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

A Sociologia numa Sociedade Constituinte

“Pobre é ignorante” e ignorante é pobre

António Teixeira Fernandes^(a)

Deixando a meu critério a temática a desenvolver nesta minha intervenção, entendi escolher o grande desafio que, em meu entender, a sociologia encontra hoje à sua frente. A sensibilidade que tenho é a de que somos protagonistas de uma sociedade constituinte, ou emergente, voltada para a formação de um outro tipo de sociedade, uma sociedade em constituição. Estamos nos inícios de uma nova era.

Numa obra recentemente publicada, tentei oferecer ao eventual leitor, o desenvolvimento da sociedade burguesa-capitalista, a que está associado um estendal de desigualdade, de pobreza, de discriminação e de exclusão social. Com um enfoque sociológico, a análise segue o processo então em curso de criação de riqueza, muito polarizada. Tal análise levou-me ao termo de uma sociedade constituída e ao limiar de uma sociedade constituinte. Resolvi, por isso, deter-me convosco sobre esse novo fenómeno com que estamos todos hoje confrontados.

Traz-nos alguns esclarecimentos de partida a comparação das diversas fases da modernização. A primeira modernização foi bastante simples, industrial e relativamente linear, tendo como centro o Estado nacional e o seu potencial de crescimento científico-técnico. O mundo assim formado foi profundamente bipolar, com a oposição riqueza-pobreza, burguesia-proletariado.

Uma segunda modernização surge com a crescente globalização, originando uma pluralidade de modernidades, abrindo as sociedades a trajetórias diversas. Para além das polarizações anteriores, passa-se a um mundo de perigos, de riscos e de incertezas, uns naturais e outros fabricados. Modificam-se inclusivamente as modalidades da pobreza, deixando de ser exclusivamente inter-categorial para se tornar também intra-categorial.

^(a) António Teixeira Fernandes é Professor Catedrático Jubilado da Universidade do Porto e Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Fundador, em 1985, do curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e, mais tarde, em 1989, do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, une, num mesmo projeto, docência e investigação. Foi o fundador, em 1991, da Revista Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Figura de proa da Sociologia Portuguesa, é autor de dezenas de livros e artigos onde percorre diferentes domínios do pensamento sociológico.

Indivíduos com níveis de posse de capitais semelhantes podem encontrar-se em situações diferentes.

A sociedade está a entrar – já entrou em grande parte – numa terceira modernização, em que o desemprego e a crescente pobreza já não se podem atribuir a crises económicas, mas ao êxito do capitalismo tecnologicamente avançado. A pobreza não resulta do disfuncionamento do capitalismo, mas do seu próprio êxito.

1. Vejamos agora os cenários com que se depara na atualidade:

Uma primeira atitude consiste em continuar numa certa inércia e rotina. Uma sociologia conhecida em termos sobretudo de engenharia social e menos voltada para uma verdadeira produção de conhecimentos pode tornar-se relativamente insensível ao fluir da realidade social. E há sociólogos que sustentam que não há evidência empírica que possa permitir outras abordagens que não as que incidem sobre a sociedade constituída, deixando de lado a emergente.

*Uma segunda atitude é tomada por aqueles que se encontram mais desejosos em conhecer o que emerge nas sociedades de hoje do que o que cai de imediato sob a visão dos nossos olhos. Neste segundo enfoque, a tarefa que se tem de enfrentar é a de reformular a sociologia para que possa proporcionar um instrumento para repensar a sociedade e nela a vida humana com dignidade. A ciência é fundamentalmente um percurso, não um resultado. Acabada num momento, torna-se início de algo novo. Foi isso que se procurou mostrar em texto publicado em *Sociologia e Sociedade*, em homenagem ao Prof. João Ferreira de Almeida.*

A esta segunda atitude anda associada uma outra preocupação, que é a de saber eleger e configurar indivíduos que sejam actores que aspirem a ser autores da sua própria vida, criadores da sua identidade, sem a qual não é possível viver como seres humanos. Estas parecem ser características centrais da época em que se vive.

Não há dúvida de que, no imediato e particularmente nas próximas décadas, o homem vai deparar com profundas contradições e não menos paradoxos, que se poderão experimentar como esperanças envoltas em certo desespero. Soron Kierkegaard, iniciador do existencialismo, advertia para o facto de que, “por entre a presunção das gerações contemporâneas, se revela um sentimento de desespero por se ser humano”. Numa era de profunda desumanização que transforma os cidadãos em meros clientes, reduzindo os homens a recursos humanos, deve perguntar-se o que faz de nós verdadeiros humanos.

Nas sociedades ocidentais, operou-se primeiro uma democratização política (com a criação do Estado democrático), depois uma democratização da sociedade (com a implementação do Estado do bem-estar) e, finalmente a uma democratização cultural (em curso de desenvolvimento), que está a transformar os fundamentos da família, das relações de género, do amor, da

intimidade, transformações geradoras de desagregação, de pobreza, de exclusão, e de muito sofrimento humano. Há que recorrer ao nosso poder para mudar o mundo em que vivemos, em que se verifica um recuo do humanismo. É necessário ser humano na era da inteligência artificial.

2. *Num trabalho de investigação que desenvolvi recentemente procurei apresentar, como se afirmou já, uma sociedade passada constituinte que conduziu à formação da sociedade em que, em parte ainda nos encontramos, mas que está a dar origem, enquanto sociedade constituinte, a um outro tipo de sociedade com outra configuração, dado o novo estendal de pobreza e de miséria que ele arrasta consigo. Como observa Hannah Arendt, “a pobreza é mais do que a simples “falta”, é o estado de necessidade constante e de miséria aguda cuja ignomínia particular reside no seu poder desumanizante; a pobreza é aviltante porque coloca os homens sobre as ordens absolutas do seu corpo, isto é, sob a autoridade absoluta da necessidade”. Esse trabalho conduziu-me ao limiar de um outro tipo de sociedade. Isso mostrava-me que as esperanças alimentadas por Condorcet, animado pelo espírito do Iluminismo, foram em parte traídas. Este autor defende a tese de que a ciência conduzirá a mudanças profundas: “a destruição da desigualdade entre as nações; os progressos da igualdade num mesmo povo; enfim, o aperfeiçoamento real do homem”¹. A sociedade seria cada vez melhor por ação da ciência e das artes. Acrescentava que um dia viria em que existiriam “apenas homens livres, sem reconhecerem “outro senhor a não ser a razão”. Somente uma causa afetaria o estado em que se encontrava a sociedade do seu tempo, a incapacidade das famílias e das pessoas. Entendia que, com uma instrução igual para todos, haveria “maior igualdade na indústria e, desde então, nas fortunas”. A instrução corrigiria a desigualdade natural. Já antes Bacon havia concebido a ideia de uma sociedade de homens unicamente devotados à procura da verdade, abarcando todos os domínios do conhecimento.*

Se confrontarmos esta visão de Condorcet com o que nos é dado visualizar na observação das sociedades atuais, facilmente se descortinam aspetos de utopia e aspetos de efetividade. Vê-se, por um lado, que, enquanto na sociedade industrial, o lançamento de uma empresa exige um maior ou menor capital financeiro, na aquisição de espaço físico para a sua instalação e de máquinas, hoje duas ou três pessoas munidas dos seus computadores, num espaço muito reduzido, podem criar uma plataforma dotada de uma alta rentabilidade, com certa fuga inclusive ao fisco. A UBER, nos Estados Unidos aparece como uma das empresas mais rentáveis sem nenhum carro na estrada. Por outro lado, observa-se que, se o capital financeiro é diminuto,

¹ Hannah Arendt, *Essai sur la Révolution*, Paris, Gallimard, 1985, p. 83; Condorcet, *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*, Paris, Flammarion, 1988, pp. 265, 266, 271, 276.

exige-se um relativamente alto capital humano, em termos de empoderamento das pessoas envolvidas.

Se a sociedade industrial, como sociedade do trabalho, fez crescer o enorme estendal de pobreza e de exclusão social, maiores serão ainda os efeitos perversos da nova sociedade do conhecimento. Nesta nova sociedade, tenderão a ser verdadeiramente incluídos os que possuem um maior empoderamento, lançando nas margens, como inúteis e supérfluos, aqueles que desses capitais são excluídos. A defesa do ser humano aparece então como o grande desafio da hora presente, dominada pela máquina.

Esta questão tão central na existência humana não tem passado despercebida a pensadores e sociólogos do passado. Hegel observava que, na história da humanidade, as páginas sobre a felicidade estão em branco. O homem, em seu entender, não nasce para ser feliz, mas para se realizar e, na realização, encontrar satisfação. Por sua vez Max Weber afirma que um trabalho de política económica não pode “basear-se em otimistas esperanças de felicidade. Frente ao sonho de paz e de felicidade para o homem sobre “a porta do ignorado porvir da história humana está escrito: “lasciate ogni speranza”. E acrescenta o mesmo sociólogo que o seu pensamento do futuro não leva “a perguntar-nos como viverão os homens do futuro, mas como serão”. “Não desejamos alimentar neles o bem-estar, mas aquelas qualidades associadas ao conhecimento que constituem a dignidade humana e a nobre majestade da nossa natureza”. Segue-se, então, diz ele, que a ciência do homem “deve preocupar-se antes de mais com a qualidade dos homens que são formados e alimentados por estas condições de vida económicas e sociais”². Estas observações parecem ser hoje particularmente avisadas, numa época em que a ciência e a felicidade artificial controlam a vida das pessoas.

Mantendo-se a orientação do atual desenvolvimento das sociedades, podem-se antever dois grandes desafios que se encontram em formação, a crescente desigualdade da sociedade e a desumanidade que lhe está associada, e o enfraquecimento da densidade e da qualidade do tecido social. Para além do crescimento do desemprego, que não se pode imputar às crises económicas, mas ao êxito do capitalismo com a globalização, são debilitadas as estruturas estatais na sua autonomia e no seu poder de intervenção económica e social. A tecnologia, segundo Herbert Marcuse, “serve para instituir novas formas de controlo social e de coesão social, mais eficazes e mais agradáveis”. Ele salienta bem “a tendência totalitária destes controlos”. Afirma mesmo que, “no rumo da cultura, o novo totalitarismo manifesta-se precisamente num pluralismo harmonioso, onde as obras da verdade mais contraditórias coexistem pacificamente num mar de indiferença”, pois “o fechamento totalitário da racionalização tecnológica é a última encarnação da ideia de Razão”³. Há uma tendência, nas observações de Marcuse, que encontram

² Max Weber, *Escritos Políticos*, I, p. 16 e 17.

³ Herbert Marcuse, *L’Uomo a una Dimensione*, Turim, Einaudi, 1967, pp. 13 e 139.

expressão bem patente nas sociedades de hoje, no que concerne o controlo da existência humana. Não se poderá dizer o mesmo no que diz respeito à coesão social.

O progresso tecnológico despertou, ao longo do tempo, sempre grande apreensão, dada a sua ambivalência. Ao lado dos imensos benefícios que produzia, como a libertação de pesadas servidões históricas, criou não menores problemas. A difusão da ciência e da técnica não é um fenómeno neutro, não se podendo reduzir aos seus efeitos de mero instrumento. Não pode ainda ser demonizado. Martin Heidegger, de forma otimista, aborda-a também como procedimento para se chegar à aletheia, à manifestação, porque “todo o “produzir” se funda na desocultação”⁴. Em seu entender, “a técnica não é somente um meio, ela é um modo de revelação”. Mesmo a técnica moderna aparece por ele assim caracterizada, colocando o homem no caminho do desvendamento.

Um dado de base parece não oferecer qualquer dúvida, a passagem da sociedade do trabalho à sociedade do conhecimento. Esta passagem tem consequências diretas na constituição das sociedades e no papel desempenhado pelas pessoas nas suas atividades.

Vejamos, primeiro os efeitos produzidos na sociedade: crescimento exponencial da pobreza, da exclusão social, e da desumanização, com a diluição do tecido social. A sociologia parece estar demasiado voltada para a observação exclusiva da sociedade existente, sem lançar o olhar no passado para apoiar a compreensão do futuro. Já Alexis de Tocqueville observava que “o passado não esclarecendo mais o futuro, o espírito caminha nas travas”. Norbert Elias diz igualmente que, “por vezes, é útil, para compreender melhor as questões da atualidade, afastarmo-nos delas em pensamento para depois, lentamente, a elas regressarmos. Compreendemo-las então melhor. Pois quem se embrenha apenas nas questões de momento, que nunca olha para além delas, é praticamente cego”⁵. É por isso que penso no perigo por que parece enveredar uma certa engenharia social e a entrega a um positivismo bastante elementar.

O que é dado ver, em primeiro lugar, nas sociedades tecnologicamente avançadas é o crescimento e a extensão do estendal de pobreza e de exclusão ao lado da concentração da riqueza, por países, por regiões e por camadas sociais. A situação é já bem visível em grandes cidades da América e da Inglaterra. A humanidade vai crescendo sem humanismo.

Na sociedade burguesa, a produção material é o lugar dominante da produção simbólica, enquanto, nas sociedades tradicionais, é o sistema das relações sociais. Assim, a economia, enquanto lugar institucional dominante, como observa Karl Marx, “não é somente o objeto do consumo, é também o

⁴ Martin Heidegger, *Essais et Conférences*, Paris, Gallimard, pp. 9-10, 17-20, 32, 37, 38 e 313-34.

⁵ Alexis de Tocqueville, *De la Démocratie en Amérique*, Vol. 2, Paris, Flammarion, 1981, p. 399; Norbert Elias, *A Condição Humana*, Lisboa, Difel, 1991, p. 13.

modo de consumo que a produção produz, objetiva e subjetivamente”, pois “a produção não fornece somente à necessidade uma matéria, ela fornece também à matéria uma necessidade”. Numa palavra, “a produção não cria, por isso, somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto”⁶. Produzindo sujeitos apropriados, produz igualmente sujeitos inúteis e supérfluos. Uma teoria da prática baseada em interesses pragmáticos e em condições objetivas é a forma secundária de uma ilusão cultural e o seu produto empírico e estático elaborado.

O sistema produtivo das sociedades atuais desenvolvidas arrasta consigo custos sociais de modalidades diversas. Produz uma elite minoritária que retira os benefícios, ao lado de uma massa cada vez mais numerosa de excluídos entregue à violência e ao recôndito identitário, revelando uma profunda crise dos valores humanistas. Estando todos condenados a uma vida feita de escolhas, não dispõem todos dos mesmos meios de escolha. Quanto mais o sistema económico se apoia em motivações privadas e na procura do maior lucro individual, mais os custos sociais são de temer. É o que está a fazer o neoliberalismo hoje dominante. Uma economia, sem regulação política e entregue à sua mera lógica, dificilmente está isenta de altos custos sociais, assim como uma economia que esteja totalmente planificada pelo Estado. Tanto num caso como noutro existe totalitarismo, ora da economia ora do poder político.

Joseph Schumpeter afasta a hipótese de um equilíbrio progressivo, afirmando que, uma vez o equilíbrio destruído por uma perturbação qualquer, o processo de estabelecimento de um novo equilíbrio não é tão seguro, rápido e económico como o pretendia a antiga teoria da concorrência perfeita. E existe a possibilidade de que a própria luta pelo ajustamento distancie um tal sistema de um novo equilíbrio em vez de os aproximar, o que acontece, na maior parte dos casos, a não ser que a perturbação seja leve. Muitas vezes, um ajustamento demorado basta para provocar esse resultado⁷. Tenha-se presente o que vem acontecendo com a perturbação criada na economia internacional pelo presidente norte-americano. Será aqui operacional o conceito de sistema.

São as inovações tecnológicas que revolucionam esse equilíbrio a partir da estrutura económica, destruindo continuamente os elementos envelhecidos e criando novos, em obediência ao princípio da “destruição criadora” por ele mesmo enunciado. Tal é o mecanismo próprio do capitalismo avançado. O problema é que esse mecanismo não abrange somente técnicas, mas igualmente pessoas⁸. Michel Crozier tem vindo a salientar, por outro lado, a incapacidade das elites a se reformarem. A sociedade estará bloqueada por uma crise profunda de inteligência das elites.

⁶ Karl Marx, *Critique de l'Économie Politique (Grundrich)*, in *Oeuvres Choisies*, I, Paris, Gallimard, 1970, p. 343.

⁷ Joseph A. Schumpeter, *Capitalisme, Socialisme et Démocratie*, Paris, Payot, 1969.

⁸ Michel Crozier, *La Crise de l'Intelligence*, Paris, InterÉditions, 1995.

Existe paralelamente no homem e no interior da sociedade um desejo de adquirir e de ter. A fortuna aumenta as dimensões do eu em muitos indivíduos. Para esses, quanto mais se possui, mais o eu é vasto. Não possuir significa ausência de estima, associada ao significado de desprezo e de exclusão. Só se sai do círculo vicioso em que se encontra encerrada a sociedade pelo neoliberalismo através do empoderamento das pessoas. Dias atrás, cruzei no passeio com duas raparigas que dialogavam entre si, ouvindo de uma delas esta frase que continua a soar aos meus ouvidos: “pobre é ignorante”, a que se acrescentaria “ignorante é pobre”. Pensando na situação económica mundial, o mesmo raciocínio parece verdadeiro. A “contaminação segue o pobre”.

Se os indivíduos e as famílias são pobres e se mantêm continuamente na pobreza é porque não têm poder para melhorar as suas condições de vida. O desemprego e a pobreza são formas de desempoderamento. As pessoas colocadas em tal situação tornam-se meros objetos de consumo, de usar e deitar fora.

Se isso é verdade, as pessoas situadas à margem da sociedade não podem ser reduzidas a objetos de meras ações humanitárias, como em muitas situações acontece. Têm de se converterem nos verdadeiros atores da sua própria promoção. Se se tem presente a equação “pobre é ignorante”, pode ser usada uma de duas estratégias, ou a combinação de ambas, incidindo ou no aumento da riqueza (e como), ou na destruição da ignorância.

O conceito de cidadão contém uma variedade de dimensões espaciais e funcionais. A cidadania de uma pessoa é o grau segundo o qual ela pode dispor do seu próprio destino através da ação no interior de um grupo ou de uma comunidade. A cidadania deve estender-se a todos os que vivem num dado território e pertencem a uma mesma comunidade sob a forma de participação ativa. No cidadão ativo não pode haver recusa de participação. O cidadão não pode ser passivo. Para isso, é necessário que as pessoas sejam empoderadas, que possuam algo a oferecer à sociedade, integradas no poder social. Quem deseja ser empoderado deve estar empenhado numa luta pela melhoria da sua situação existencial. O empoderamento entra na luta de cada um pela inclusão.

As organizações externas e as instituições servem para encorajar e apoiar os desempoderados a libertarem-se das dependências tradicionais e a serem fatores de ação. O desenvolvimento social deve fazer-se a partir e com as pessoas e não como algo para as pessoas tornadas objeto. O empoderamento potencia a iniciativa dos indivíduos, das famílias e dos setores sociais e das comunidades dos excluídos.

Tenho vindo a defender uma cidadania ativa e, desse modo, uma participação de todos numa comunidade. Não concebo um cidadão que se recuse a participar ou se recuse a trabalhar.

Uma corrente do pensamento político-social norte-americano tem defendido uma sociedade do trabalho, incluindo o trabalho obrigatório. Não é essa ideia que defendo. O trabalho deve fluir naturalmente da participação da cidadania ativa.

Um estudo de André Gorz, Adeus ao Proletariado, oferece um cenário curioso, em termos estatísticos. Quando se pergunta a todas as pessoas em idade de trabalho se devem ser obrigados a trabalhar, os franceses respondem “sim” numa maioria impressionante de 75%. O princípio do trabalho obrigatório para todos aparece, nesse estudo, com uma força particular entre os mais idosos (89%), entre os trabalhadores independentes (86%) e entre os que têm níveis de instrução mais baixos (88%). Nos mais instruídos, assim como nos mais jovens, o princípio do trabalho obrigatório é contestado: 47% nos primeiros e 54% nos que possuem instrução superior.

As motivações não são as mesmas, nas diversas situações. Os trabalhadores independentes encontram no seu trabalho uma satisfação real e uma higiene de vida. Os menos instruídos e que são geralmente mais pobres, ao contrário, entendem que viver sem trabalho é viver do trabalho dos outros, é agravar a sua própria situação. Os mais idosos ressentem a sua inatividade forçada como uma maldição pior do que o trabalho⁹. Uma sociedade somente poderá ser considerada “boa”, em razão dos espaços de autonomia, de auto-organização e de cooperação voluntária que abre aos indivíduos.

A democracia inaugura uma política de reconhecimento igualitário. Santo Agostinho, na sua De Civitate Dei, afirma que initium ut esset, homo creatus est. O homem surge sempre como um princípio, potencial ou real. John Stuart Mill sustenta que “quem permite ao mundo, ou à parte dele em que vive, escolher a vida não tem necessidade de outras faculdades a não ser a da imitação simiesca. Quem escolhe a vida exercita todas as suas faculdades”. Somente o cultivo da individualidade, em seu entender, “produz, ou pode produzir, seres humanos completamente desenvolvidos”, na medida em que “a liberdade é o único fator infalível e permanente de progresso, pois faz com que os potenciais centros independentes de irradiação do progresso sejam tantos quantos os indivíduos”¹⁰. A política da igualdade desenvolve-se organicamente a partir da política da dignidade universal, fundada na ideia de que todos os seres humanos são dignos de respeito e podem e devem desempenhar uma tarefa importante na vida da sociedade. A potencialidade que todo o homem transporta em si ao nascer torna-se real mediante o seu empoderamento.

A vida numa sociedade depende da consciência de pertença a uma comunidade. As pessoas são dotadas de uma dignidade que não pode ser convertível em mera coisa de usar e deitar fora. Valem mais do que os impostos que pagam ou os serviços que prestam. Mas essa modalidade existencial de coexistência humana tem dificuldade em se afirmar se os que

⁹ André Gorz, *Adieux au Proletariat*, Paris, Éditions Galilée, 1981, p. 214.

¹⁰ John Stuart Mill, *Saggio sulla Libertà*, Milão, Il Saggiatore, 1991, pp. 68, 73, 81 e 118.

se encontram à margem da sociedade, convertidos em subprodutos descartáveis, não forem agentes dessa mesma mudança. Está em vias de se constituir uma democracia das plataformas, com uma democracia manipulada e um demos debilitado. Esse é o perigo a que parece assistir-se.

Se não existe um suficiente empoderamento das pessoas, pode generalizar-se o que os ingleses chamam “síndrome do nimbismo”, com indivíduos que se sentem fora da coletividade, como sujeitos de direitos, mas sem obrigações, terreno propício para a difusão da lógica salientada por Ólson – o que é de todos chega também a mim sem qualquer custo meu. Entende Karl Jaspers que, quanto ao homem, “não é a não ser na ação sobre si mesmo e sobre o mundo, na realização de si, que ele toma consciência de ser ele mesmo que domina a vida e se ultrapassa”¹¹. Vivemos numa sociedade emergente ou constituinte e carregamos ainda o peso da sociedade constituída, nos seus tipos de desemprego, e formas de pobreza e de exclusão social, e até de conhecimento. A nova sociedade em constituição faz já antever modalidades bem mais destruidoras de humanidade do que as existentes, atingindo com o tempo todas as idades. Na Finlândia existe uma Comissão no Parlamento para trabalhar “sobre temas e tendências emergentes e de grande impacto nas sociedades nas próximas décadas”.

Mas existe ainda outra consequência nesta sociedade constituinte de não menos importância. Um jornal inglês noticiava há algum tempo que jovens habitantes de Tóquio no Japão viveram durante seis meses nos seus apartamentos, diante de computadores, sem descerem à rua e sem qualquer contacto humano. Pediam pelo computador o que necessitavam para viver e libertavam-se do lixo produzido, solicitando pelo computador apoio externo. A vida ficava, deste modo, reduzida ao espaço do seu solitário apartamento sem comunicação humana com os outros. Uma coisa é a educação para o lucro, outra a educação para a liberdade responsável em sociedade.

Este facto parece ser paradigmático. Tal comportamento está espalhado por toda a parte, no entanto não certamente com tal patologia coletiva. As novas tecnologias mudaram drasticamente as formas de ação e de interação entre as pessoas. A sociedade parece estar assim a ser construída com a vida social privada de relações sociais diretas. Hannah Arendt afirma que “o que torna a sociedade de massa tão difícil de suportar não é, principalmente ao menos, o número de pessoas; é que o mundo entre elas não tem mais o poder de as unir, de as religar, nem de as separar. Estranha situação que evoca uma sessão de espiritismo no decurso da qual os adeptos, vítimas de golpe de magia, veriam a sua mesa subitamente desaparecer, as pessoas sentadas umas em face das outras, não estando mais separadas, mas não estando mais religadas por qualquer coisa que seja tangível”. Na realidade, “é a presença dos outros, vendo o que vemos, entendendo o que entendemos, que nos assegura da realidade do mundo e de nós mesmos”. Pensa também Georg Simmel que “o ponto mais profundo da individualidade é o ponto da

¹¹ Karl Jaspers, *Initiation à la Méthode Philosophique*, Paris, Payot, 1970, p. 46.

igualdade universal (...) e quanto mais nos inscrevemos nas leis universais desta (a natureza) mais nos instalamos no nosso próprio Eu”¹². O homem é, por sua natureza, necessariamente um ser de relação e, como tal, não pode enclausurar-se em si mesmo. A alteridade faz parte da humanidade de cada um. Estes são desafios com que me confronto como sociólogo. Com esta minha intervenção, quis apenas confrontar-vos com as minhas preocupações. Não me considero pessimista, mas otimista. Sei que a humanidade sabe sempre, de forma dialética, corrigir os seus próprios desvios e erros. Esta é a minha esperança, e a esperança de todos nós.

¹² Hannah Arendt, *Condition de l’Homme Moderne*, Paris, Calman- Lévy, 1983, pp. 61 e 63; Georg Simmel, *Philosophie de la Modernité*, Paris, Payot, 1989, p. 297.